



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

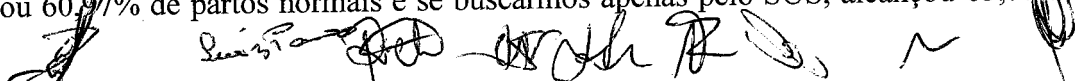
Av. Guilherme Schell, 6068 esq. Ernesto Wittrok.  
CEP: 92.310.000 – CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

### Ata 19/18

Aos doze dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezoito, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 18h45min, em segunda chamada se dá o início da reunião ordinária do CMS de Canoas. A reunião desta data contará com a seguinte pauta: Informações das Comissões, Apresentação e análise do Relatório de Gestão do 2º Quadrimestre de 2018, Informações da Mesa Diretora e Assuntos Gerais. O Presidente cumprimenta os presentes, agradecendo a disposição dos conselheiros de estarem ali, mesmo com o calor e as dificuldades. O Presidente relata reunião com o GAMP para verificação das condições de atendimento, derivado de denúncias. Falou também que o CMS está acompanhando os acontecimentos no Hospital Nossa Senhora das Graças, onde existe possibilidade de uma parceria de gestão de uma empresa terceirizada, sendo a ABC fiscalizadora do contrato. Uma equipe administrativa composta pela empresa Sulina que gerencia o Hospital Divina Providência, UNIMED e Unilasalle. A ABC continuaria responsável pelo patrimônio e dívida. Mas lembrou que tudo isso são informações extraoficiais, já que a Diretoria da ABC nada informa. O município já havia informado que não daria mais recursos à título de incentivos, só compraria serviços. O Presidente continua expondo que o Graças está fazendo bastante e recebendo pouco, pois recebe de acordo com o serviço prestado sendo pago conforme a tabela SUS, diferentemente do GAMP que recebe para administrar no valor despendido pelos serviços. Cita as comissões que acompanham estes contratos elogiando o ativismo delas. O HPSC restringiu os atendimentos a pacientes de fora do município e os municípios reclamaram. Diz que é um direito de Canoas. Em Porto Alegre as ambulâncias do interior percorrem a cidade e não conseguem atendimento nos hospitais, enquanto que vindo a Canoas, o município está sempre de portas abertas. Quanto a reunião com o Ministério Público, o CMS esteve presente como ouvinte e não como parte, pois não fomos convidados e não nos foi permitido manifestação. Enfatiza que só haverá participação do CMS, se formos efetivamente convidados e quando a Mesa Diretora estiver presente. O Secretário Adjunto da Saúde, Marcos, informa que o estado está inadimplente com o município em vinte e seis milhões e neste mês chegará a trinta e sete milhões, dados que podem ser conferidos no clickrbs. Fala que uma das razões da emergência do HPSC estar superlotada, se deve a não conseguirmos dar vazão as cirurgias por falta de recursos, gerando graves problemas no andamento dos procedimentos médicos. Menciona as dificuldades na quitação das folhas de pagamento nos hospitais, que deverão ser quitadas, mesmo que não haja previsão de recebimento. Para nós que atendemos 156 municípios fica mais difícil. Diz que estão conseguindo manter a qualidade na saúde básica, mas se a situação permanecer assim, o atendimento nas UBSs podem ser afetadas. O servidor diz que o gestor esteve no MP, afim de garantir que o Graças mantenha as portas abertas e por questões legais na primeira reunião chamaram a Comissão de Saúde da Câmara, na presença dos Vereadores Bamberg e Patrício. Na segunda reunião com o Graças, o Prefeito se comprometeu a adiantar um milhão e duzentos mil reais, para pagar parte do passivo com os médicos e assim retornar ao trabalho, possibilitando uma reorganização do hospital. O MP viu com bons olhos esta iniciativa e acompanhará as tratativas. Reiterando que como o hospital é privado, eles só podem remunerar pela Tabela SUS. O Presidente Mário informa que no dia de amanhã, à noite, o Conselho Deliberativo da ABC estará reunido para analisar as tratativas e a ele parece que a ABC esteja disposta, mesmo que existam contrários dentro do Conselho. O CM Marcos Ferreira relata os resultados da primeira reunião da Comissão de DST. Foram discutidas ações para o Dezembro Vermelho. As reuniões ocorrerão na 3ª Segunda-feira de cada mês. A ideia é trazer sugestões de ações para a Plenária. A CLS Vani relata que devido à falta de pagamento das “meninas do guichê” houve paralisações. Pergunta se o dinheiro antecipado seria para isso? O Secretário Adjunto Marcos responde que não. O Contrato 64, das portarias e higienização é restrito, sendo a fonte própria. A previsão de repasse é amanhã. Diz que por dois dias não seria cabível a parada. Opinando ser falta de compreensão, as faltas. O CM Eduardo fala que a situação não é nova, pois eles já enfrentaram situações mais complicadas. O Presidente diz que quem trabalha tem que receber, mas faltou compreensão, pois quando havia o risco do contrato ser findo e os conselheiros Janete, Margarete, Nedy e ele estavam nas negociações, os funcionários pediram a eles que “façam o que puderem para não perdermos o emprego”. O

CM Eduardo coloca sua preocupação com a paralisação das clínicas existentes no Hospital Nossa Senhora das Graças que mesmo se não atenderem, ainda assim terão direito a receber os valores acordados, além de continuarem os atendimentos a outros, sem subsidiar o Graças. O CM Marcos confirma a existência da cláusula. A CLS Dinorá pergunta se quando houver atraso nos repasses dos contratos, se os valores terão correção? O Secretário Adjunto Marcos responde que a SMS não tem atraso nos repasses. O organograma de pagamento é de sessenta dias e o município tem pago, o Graças, em dois dias após o recebimento das faturas. A CLS Dinorá fala que houve falta de diálogo com os funcionários, para evitar as faltas. A CM Nedy questiona em relação a Comissão de DST, pois diz que o Conselho já tinha uma comissão formada anteriormente. O Presidente responde que em reunião da Plenária foi decidido que o CM Marcos ficaria responsável pela formação e se mais alguém quiser participar deve encaminhar e-mail, com nome e intenção ao CMS, enfatizando que conforme autorizado, conselheiros locais ativos junto ao Conselho Municipal podem participar das comissões. Para finalizar as informações das comissões, o Presidente Mário fala que as Comissões de Orçamento e Finanças e a Comissão Técnica, após o recebimento das prestações de contas, tem um prazo de trinta dias para fazer a análise das contas. Nomeia os participantes das comissões e informa os prazos utilizados. Diz que dia 05/11 se reuniram para tomar uma posição. No dia 09/11 para formular parecer e a apresentação para o dia de hoje, 12/11, na Plenária. O CM Mário lê o parecer, apontando inconformidades dos analistas. Novamente, apresentaram notas com compras de ranchos para funcionários, os quais consideram não ser adequado o uso de recursos do Fundo Municipal de Saúde, para tal. Os bloqueios judiciais não apresentam critérios para sua adoção, bem como as decisões judiciais se avolumam, dificultando o planejamento, sendo que foi sugerida a implantação de Comissão Interna de Análise. A principal preocupação é quanto ao pagamento de um médico pediatra, Dr. Pierre da Silva Prunes, cedido pela Prefeitura de Cachoeirinha, cuja lotação não se tem a certeza, sendo solicitados dados que oficialmente não foram fornecidos. Por conta dos apontamentos fica prejudicada a apreciação do relatório financeiro, não sendo, portanto analisada a partição financeira do Relatório de Gestão do 2º Quadrimestre de 2018, devendo retornar quando as questões forem esclarecidas. Quanto a análise dos Indicadores de Saúde, a mesma não fica obstruída, ensejando a apresentação que será feita nesta reunião pelo enfermeiro Eloir Vial. Antes da apresentação, o Presidente solicita que o Secretário da Mesa leia a ata do dia vinte e dois de outubro do corrente ano. O CM Eduardo lê a ata que apresentou equívoco na numeração citada do contrato com o HNSG. O convênio é o 003/2015. O Presidente coloca a ata em votação que foi aprovada por unanimidade. O servidor Eloir começa a exposição. O CM Eduardo solicita autorização para mandar o relatório com os Indicadores para os Conselhos Locais cadastrados, por considerar imprescindível a discussão dos mesmos em suas reuniões. O Presidente autoriza e sugere que chamem alguém da secretaria para apresentar. O Servidor Eloir coloca-se a disposição pela Secretaria para contribuir com capacitações aos Conselheiros em relação aos Relatórios de Gestão. Se o Conselho entender necessário essas capacitações, deverá então oficializar a SMS, solicitando essa demanda para que em nome desta, o Servidor faça essas capacitações.

Começa dizendo que os dados contemplarão os meses de maio, junho, julho e agosto de 2018. Fala da legislação, estrutura e procedimentos de acumulação, não se estendendo muito, a fim de garantir mais espaço para discussão. Mostra como são mensurados os indicadores. Apresenta produção por procedimentos ambulatoriais e hospitalares, por tipo e os totais mensais e do quadrimestre. Parte para os indicadores do Sispacto Nacional, analisando metas e resultados, por quadrimestre. Na taxa de mortalidade prematura em doenças crônicas e não transmissíveis, o indicador se manteve estável. Nos óbitos de mulheres em idade fértil e com causa básica definida investigados, os prazos estão sendo obedecidos. Objetivo é manter as ações. A proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata, houve seis casos informados com investigação tempestivas. Foram quatro casos de doença exantemática, uma de malária e uma de febre maculosa. Nos casos novos de hanseníase foram todos curados. No número de casos de sífilis, a meta já foi ultrapassada até o segundo quadrimestre. Provavelmente o número ultrapassará os anos anteriores. Nos novos casos de AIDS foi atingida a meta. No indicador onze, a razão de exames citopatológicos em mulheres de 25-64 anos e população alvo, não foi atingida a meta, mas a oferta é suficiente. Planos privados interferem no resultado. No indicador de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos, declara que não há falta de oferta de exames. É necessário que se faça um estudo para verificar o nexos por população. O CMS já apontou a necessidade de se reduzir a idade. Dos indicadores apresentados até aqui, o objetivo é manter as ações. Na proporção de parto normal no SUS e na saúde complementar o resultado foi influenciado pelas cesáreas na rede complementar, mas se analisarmos a única maternidade do município, este quadrimestre apresentou 60,97% de partos normais e se buscarmos apenas pelo SUS, alcançou 65,7%



A proposição para o 3º trimestre é mudar o objeto e só levar em conta a maternidade do HU. Na proporção de gravidez precoce, dos 10 a 19 anos, o indicador permaneceu estável. Na mortalidade infantil houve redução significativa, ficando dentro da meta. Nenhum óbito materno em determinado período e local de residência. Na cobertura de equipes de ESF, a programação está se mantendo, com ampliação gradativa da área de cobertura. As metas foram atingidas na cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde, no Programa Bolsa Família, na cobertura populacional de Saúde bucal, das seis ações de vigilância sanitária e matriciamento nos CAPS. No indicador vinte e dois que é atingir 80% de imóveis visitados pelo controle da Dengue consideram a fórmula de cálculo inadequada e estão em debate com o estado para reformular o cálculo e no último indicador municipal, que é o preenchimento de ocupação nas notificações de agravos do trabalho, a meta foi atingida. Nos indicadores estaduais, começa pelo da tuberculose que foi prejudicada a análise por duas transferências, que correspondem a 10% dos casos. Os casos serão expressos como não curados. Meta dois, Canoas é parcialmente abastecida pela Corsan, que tem poços artesianos que são acompanhados pela Vigilância Sanitária. Elogios a Servidora Maracely. Meta três, óbitos investigados no trabalho e a meta quatro, notificação de agravos relacionados ao trabalho, atingidos. Finalizada a apresentação, O Presidente abre espaço para perguntas. O CM Alcindo pergunta sobre a Investigação de óbitos no trabalho? Qual comissão verifica? E como funciona? O Servidor responde que quem faz esta investigação é a Vigilância Sanitária, quanto ao modo de funcionamento diz não saber, mas que buscará a informação. O Sr. João Torelly questiona acerca das caixas de água? Quais os recintos e prazos de fiscalização? O Secretário Adjunto Marcos informa que nas empresas, de seis em seis meses. A Vigilância cobra a apresentação de laudo de desratização e caixas de água. O CLS pergunta sobre o responsável de fiscalizar a Corsan e os próprios reservatórios desta? O Sr. Marcos diz que eles são fiscalizados pelo estado, mas tem um técnico que faz o acompanhamento diário ou semanal. O Presidente Mário decide enviar ofício a autarquia, solicitando informações sobre o controle e fiscalização dos seus reservatórios. A CM Nedy pergunta sobre o trabalho do CERESTE. O Secretário Marcos fala que o plano de trabalho inicial foi rejeitado e que o refizeram, encaminharam em maio novamente e estão aguardando a aprovação. O objetivo é reiniciar com uma equipe maior e mais organizada. O Presidente Mário coloca a matéria em votação e sugere a não análise da parte financeira. Conforme decisão da Plenária, houve uma cisão no Relatório de Gestão, sendo o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do 2º trimestre de 2018, relacionado aos Indicadores de Saúde, aprovado por unanimidade e a parte financeira da prestação de contas não analisada. A conselheira Cristiane lembra da importância de analisar este relatório nos conselhos locais, pois em 2019 haverá a Conferência de Saúde. A conselheira Nedy ratifica sua preocupação, pois temos dois meses para organizar a nossa e nada foi feito. Tendo em vista as decisões da Plenária, o Presidente encerra a reunião às 20:52 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada

